

MAPEAMENTO DAS ESCOLAS DE DANÇA DO TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR: UM EXAME SOBRE A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO

Rafaela Canuto Jorra (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Dr.^a Jani Alves da Silva Moreira (Orientadora), Dr.^a Thaís Godoi de Souza (Co-orientadora) e-mail: ra117399@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área e sub-área do conhecimento: Ciências Humanas/Educação.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Relação Público e privado; Dança; Maringá-PR.

RESUMO

A pesquisa objetivou mapear a atuação do terceiro setor na oferta do ensino de dança no município de Maringá-PR a fim de compreender o panorama de como este ensino está sendo ofertado no município. Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfico, no qual desenvolvemos uma análise documental, tendo como base o estudo de documentos legais e institucionais, informações publicizadas em sites e redes sociais, que tratam sobre o tema. Parte-se da compreensão das políticas curriculares e do papel do Estado na educação, para em seguida, compreender as implicações do ensino da dança e sua relação com instituições do terceiro setor, a fim de examinar o que acarreta a ausência deste ensino pelo setor público. Como resultados parciais observou-se que majoritariamente o ensino de dança é ofertado por instituições do terceiro setor e instituições privadas no município de Maringá-PR, no qual também se destina recursos públicos para apoio.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi mapear as instituições do terceiro setor que ofertam o ensino de dança no município de Maringá-PR a fim de compreender o panorama de como este ensino vem sendo ofertado no município citado. Analisamos o ensino da dança enquanto um bem cultural, apresentando sua relação com o Estado, o terceiro setor e a educação. A pesquisa considera que a dança é Arte e Linguagem, portanto uma representação social da vida dos homens. Existente a milhares de anos, podemos situar a dança desde o período Paleolítico Superior (60.000 a.c), levando em conta que os homens da época registravam nas cavernas tudo o faziam, por meio de pinturas rupestres que indicam a dança. Naquela época, a dança era um objeto de defesa, onde o homem arriscava alguns movimentos fortes a fim de se proteger dos animais, era uma questão de sobrevivência, essa dança era denominada como pantomima (Lima; Frota, 2007). Para Soares et al

(1992, p.82) a dança é uma expressão representativa de diversos aspectos da vida do homem, é uma “[...] linguagem social que permite a transmissão de sentimentos, emoções da afetividade vivida nas esferas da religiosidade, do trabalho, dos costumes, hábitos, da saúde, da guerra [...]”. Com os séculos que passaram, a dança tornou-se arte, e essa arte é um objeto de ensino essencial para o desenvolvimento humano, enfatizam Lima e Frota (2007). Defendemos que a dança precisa ser ensinada às crianças, adolescentes, jovens e adultos de modo que a desenvolva e acrescente a ela cultura, conhecimentos teóricos e apropriações significativas para seu desenvolvimento humano.

No Brasil, a dança é compreendida como patrimônio imaterial, isto é, as “práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares”. Esse é um tipo de bem cultural que é passado de geração a geração (IPHAN, 2023, s/p). Destaca-se como práticas corporais compreendidos como patrimônios imateriais o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Frevo, expressão artística do carnaval de Recife, a Roda de Capoeira, o Carimbó e os folguedos – denominados também de danças dramáticas (IPHAN, 2023, s/p). O direito ao acesso à vida cultural da comunidade, de fruir as artes está preconizado na Declaração Universal de Direitos Humanos, art.27. Todavia, a dança é vista como um artigo de luxo, sua prática é inacessível a crianças, adolescentes, jovens e outros grupos geracionais. Mais de um terço de crianças e adolescentes até 14 anos não possui acesso ao lazer cultural (IBGE, 2020). Na mesma linha, a pesquisa revela que o acesso à cultura e ao lazer, no tocante aos equipamentos culturais é desigual no país, em especial na relação étnica (IBGE, 2020).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfico, no qual desenvolvemos uma análise documental, tendo como base o estudo de documentos institucionais, como Brasil (1995), IBGE (2020) e IPHAN (2023) que tratam sobre o tema. Utilizou-se também fontes secundárias sobre ensino de dança na escola, sobre políticas educacionais e os sites da Secretaria de Cultura de Maringá-PR e escolas de dança do terceiro setor do referido município. Os dados das mídias sociais foram coletados no período de abril a agosto de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível observar diversas ações do setor educacional, do esporte, lazer e cultura serem disseminados no Brasil por meio de organizações do terceiro setor. Essas organizações, compreendidos por instituições públicas não estatais, criadas e regulamentadas no Brasil em meados da década de 1990 (Brasil, 1995), tem realizado a oferta de direitos sociais. A propriedade pública não estatal, integra os serviços não exclusivos do Estado, conhecida também como terceiro setor, é

organizada pela sociedade civil e supostamente não tem fins lucrativos (Brasil, 1995). Tendo em vista essa nova formulação, o terceiro setor emerge na sociedade, pois o Estado deixa de ofertar determinados serviços, fazendo com que a sociedade civil se organize para tal. Com o Estado minimizado na esfera social, atividades e serviços são transferidos ao mercado, privatizados ou repassados à sociedade civil e/ou ao terceiro setor. As políticas sociais oferecidas pelo Estado são investidas por meio da arrecadação de impostos, porém precarizadas, e direcionadas à população mais carente. A partir da crescente do terceiro setor nas políticas, inicia-se um processo de privatização das mesmas e toma dois caminhos, quais sejam: a) a remercantilização dos serviços sociais. Estes, enquanto lucrativos, são remercantilizados, transformados em “serviços mercantis”, em mercadorias, sendo transpassados para o mercado e vendidos ao consumidor, como uma nova forma de apropriação da mais valia do trabalhador. Isto conforma o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados”; b) a re-filantropização das respostas à “questão social” (Yazbek, 1995). Ao pesquisar sobre o financiamento das escolas de dança do terceiro em Maringá, identificamos que não há recurso previsto no orçamento da Secretaria de Cultura, destinado especificamente a estas escolas. Entretanto há editais de fomento às artes e a cultura que possibilitam a participação de diversos segmentos artísticos, inclusive o segmento da dança. Verificou-se também que há participação de profissionais da dança nos editais como pessoas físicas e jurídicas, porém, não é possível segmentar quantos deles utilizam escolas de dança para o desenvolvimento dos seus projetos. Diante do mapeamento realizado a fim de averiguar as instituições do terceiro setor que ofertam o ensino de dança no município de Maringá-PR, destacamos as seguintes instituições, as quais as informações foram coletadas via plataformas online.¹

Quadro 1. Escolas do terceiro setor de Maringá-PR que ofertam o ensino da dança

Nome	Associação Passantes e Pensantes	Instituto de Arte e Cultura de Maringá	Instituto Isis Bruder
Dança	Sim	Sim	Sim
Modalidade de dança ofertada	Ballet, jazz, dança contemporânea, street dance, sapateado e k-pop	Dança contemporânea	Hip-hop
Condições	Salas aptas para o ensino da dança	Salas aptas para o ensino da dança	Salas aptas para o ensino da dança

¹ Mídia social, instagram: <https://www.instagram.com/passantesepensantes/> ;
Website: <https://www.iacm.com.br/> ;
Website: <https://institutoisisbruder.org.br/> .

Quantitativo de alunos	Crianças: 60 Adolescentes: 120	Adolescentes: 60	Sem resposta
Formação dos professores(as)	Educação Física	Artes cênicas	Educação física

CONCLUSÕES

Até o momento da pesquisa foi possível identificar que direitos sociais como educação, e lazer são fortemente ofertados no Brasil por meio de organizações do terceiro setor. Sobre o ensino da dança, observou-se que majoritariamente este é ofertado por instituições do terceiro setor e instituições privadas no município de Maringá-PR. Em questionário aplicado à Gerência Administrativa Financeira da Secretaria de Cultura de Maringá foi possível compreender que há no município editais de fomento às artes e a cultura que possibilitam investimento na área da Dança. Como exemplo se destaca o Projeto Convite à Dança, Lei Municipal nº 8909/2011, onde em sua última edição foi destinado o valor de R\$ 156.000,00. Também é destinado ao segmento da dança, por meio do Prêmio Aniceto Matti, a possibilidade de inscrição de projetos, onde em sua última edição somou o montante de R\$ 350.000,00. Os recursos aplicados nos editais de fomento são obtidos por meio de receitas correntes do município.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Araucária pela concessão da bolsa nos últimos 12 meses. Agradeço à minha orientadora Dr.^a Jani Alves da Silva Moreira e a minha co-orientadora Dr.^a Thaís Godoi de Souza, por todo suporte durante os estudos e por me permitir realizar uma pesquisa envolvendo minha área de formação/atuação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html>. Acesso em nov. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. Brasília, DF. 20 nov. 2022. Disponível em: [Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#). Acesso em dez. 2022.

LIMA, P. R. F; FROTA, M. A. Dança - **Educação Para Crianças do Ensino Público: é possível?** R. bras. Ci e Mov. 2007; 15(3): 137-144.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino da educação física**. 13ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 1992.

YAZBEK, M. C. **A Política Social brasileira nos anos 90: a reifantropização da "Questão Social"**. Cadernos ABONG, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, n. 3, out. 1995.